

SITUAÇÃO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA ACERCA DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (IST): REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Alana Beatriz Silva Bernardo¹, Wanduil Lucas Takagi Frazão¹, Fernanda Rodrigues da Silveira¹, Kesley Vinícius de Alvarenga¹, Rafael Magalhães Cunha¹, Viviane Cristina Caldeira²

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a situação de saúde da população carcerária feminina, considerando a saúde sexual dessa população e os serviços em saúde oferecidos pela equipe multidisciplinar em sua atuação. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura de estudo descritivo e qualitativo reunindo cerca 30 artigos dos quais 10 destes se encaixavam no objetivo da pesquisa. Excluiu-se aqueles que apresentavam pouca relação com a saúde sexual da população carcerária e aqueles que apenas tratavam das situações sanitárias e psicossociais. Foi utilizado as bases de dados: Lilacs, PubMed e Scielo e pesquisada as seguintes palavras chave: saúde; IST; população carcerária, mulheres. A maioria dos estudos trazem uma análise de penitenciárias localizadas na região nordeste do Brasil, porém, alguns destes se dão na região sudeste, como por exemplo, o estado de Minas Gerais. A partir da coleta dos dados foi possível perceber que as Infecções Sexualmente Transmissíveis estão entre os maiores problemas sanitários do sistema penitenciário, observa-se que as mais prevalentes foram: HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), HPV (Vírus do Papiloma Humano) e Sífilis. Isso se deve, em partes, ao perfil epidemiológico e socioeconômico das carcerárias como, baixa escolaridade, baixa renda e ao fato de estarem em sua maioria em idade reprodutiva, ademais, grande parte dessas mulheres não faz o uso de preservativo. A alta prevalência de Sífilis em alguns estudos, por exemplo, foi associada estatisticamente com a situação conjugal e o uso de drogas antes da relação sexual, caracterizando as condições socioeconômicas desfavoráveis como importantes marcadores de risco para as IST. Como forma de promoção da saúde os Ministérios da Saúde e da Justiça instituíram o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário por meio da portaria interministerial nº 1.777 de 2003 tendo como objetivo prover a atenção integral à saúde da população carcerária do Brasil. Entretanto, na maioria dos artigos estudados, identifica-se a negligência por parte dos

¹Acadêmica do 3º período de medicina, alanabeatrizbernardo@gmail.com

¹Acadêmico do 3º período de medicina, wanduil_lucas@hotmail.com

¹Acadêmica do 3º período de medicina, fernandapnn@hotmail.com

¹Acadêmico do 3º período de medicina, kesley222@hotmail.com

¹Acadêmico do 3º período de medicina, rmagal2074@gmail.com

²Docente no Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), Mestranda em "Atenção em Saúde" pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC - GO). Pós-graduada (lato sensu) em "Enfermagem do Trabalho" pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais (CEUCLAR). Bacharel em Enfermagem pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais (CEUCLAR), viviane@fimes.edu.br

profissionais de saúde e dos funcionários das penitenciárias. Na maioria dos relatos afirmou-se receber cuidados ineficientes, falta de consultas regulares e medicamentos. A maioria dos presídios conta com uma quantidade de internas maior que o estabelecido, resultando na redução da qualidade de vida das mesmas e traduzindo em problemas psicológicos e na propagação de doença. Para uma melhor qualidade de vida das mulheres encarceradas é necessária uma visão humanizada dos serviços de saúde com enfoque na promoção e prevenção das doenças, além de uma reestruturação carcerária com investimentos na educação.

Palavras Chave: Carcerária. IST. Mulheres. População.

Referências

MOREIRA, M. A.; SOUZA, H. S. Vivência das mulheres aprisionadas acerca das ações de saúde prestadas no sistema penitenciário. O Mundo da Saúde, São Pulo, 2014.

SILVA, E. F.; RIBEIRO, E. R. Atenção à saúde da mulher em situação prisional. Revista Saúde e Desenvolvimento, 2013.

TEIXEIRA, M. M. S., et al. Saúde da mulher encarcerada: uma proposta de intervenção, amor e vida. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2017.

LOPES, F. Prevalência de hiv, hpv e sífilis na penitenciária feminina da capital, são paulo, 1997-1998. Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 1999.

ARAÚJO, T. M. E. et al. Prevalência de sífilis em mulheres do sistema prisional de uma capital do nordeste brasileiro. Revista Eletrônica de Enfermagem, 2015.

FERREIRA, I. d. F., et al. Diagnósticos de enfermagem em mulheres privadas de liberdade. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, 2016.

OLIVEIRA, L. V., et al. Vivência da maternidade para presidiárias. Revista Eletrônica de Enfermagem, 2015.

ALMEIDA, P. R. C., et al. Condição de saúde de mulheres privadas de liberdade: uma revisão integrativa. Revista Brasileira de Ciência da Saúde, 2015.

MARTINS, É. L. C., et al. O contraditório direito à saúde de pessoas em privação de liberdade: o caso de uma unidade prisional de minas gerais. Saúde Soc., 2014.

OLIVEIRA, L. V., et al. Perfil epidemiológico de prisioneiras no estado da paraíba-brasil: estudo descritivo. Revista Brasileira de Enfermagem, 2013.